



Ata N.º 09

Ao décimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, neste concelho de Portalegre e na Sala do Capítulo do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, Laura Ivone Velez Galão, António José da Mota Casa Nova, Luís Moreira Testa, João Pedro do Carmo Meira, Nuno Gonçalo Franco Lacão, João Nuno Cativo Cardoso na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião Extraordinária de Câmara.-----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Capote, chefe de divisão de ordenamento, planeamento e gestão urbanística, José Mário Calha, chefe de divisão de obras e ambiente, Pedro Barbas, chefe de divisão da cultura, juventude, desporto, assuntos sociais, educação e turismo, Rui Pinto, chefe de divisão dos SMAT, José Gandum, chefe da divisão de administração geral e finanças e Umbelina Fernandes assistente técnica, tendo a reunião sido secretariada pelo técnico superior Paulo Bochechas. -----

ABERTURA DA REUNIÃO: Pela Senhora Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9:38 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

FALTA JUSTIFICADA:

Não esteve presente na reunião a Senhora Vereadora Ana Margarida Salgueiro Curinha.-----

A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada a falta dada pelo membro atrás referido.-----

A Substituições

A Senhora Vereadora Ana Margarida Salgueiro Curinha, fez-se substituir nos termos do artigo 78.º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, pela Senhora Vereadora Sónia Silva e esta pelo Senhor Vereador João Pedro do Carmo Meira, nos termos do estabelecido pelo n.º1 do art.º 79.º daquele diploma. -----



Câmara Municipal de Portalegre

A Câmara Municipal nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificada as faltas dadas pelos membros atrás referidos.-----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomou a palavra a Senhora Presidente a qual apresentou cumprimentos a todos os colegas Vereadores, aos dirigentes e funcionários do secretariado e aos munícipes que estão a assistir nas redes sociais.-----

GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

SMAT – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes

325 - Para deliberar – Presente proposta de Relatório e Contas de 2021 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre.-----

Tomou a palavra a Senhora Vereadora Laura Galão a qual apresentou cumprimentos a todos os colegas Vereadores, aos dirigentes e funcionários do secretariado e aos munícipes a assistir nas redes sociais. Passando a informar que acabou de entregar aos membros do executivo a certificação do legal de contas, do revisor, o qual foi enviado por email na quinta feira às 20:30h, não podendo a mesma ser entregue, atempadamente. Relativamente ao relatório de contas de 2021, faço um pequeno resumo do que foi atuação da atividade dos Serviços Municipalizados no ano transato. O volume de negócios registou um aumento, em 2021, de cerca de 159 mil euros, tendo-se fixado em 5.692.635,79€. Os rendimentos e ganhos, por sua vez, atingiram os 6.058.147,49 €. Embora tenha havido um aumento no volume de negócios, é ainda assim insuficiente para fazer face à despesa, representando os gastos um valor de 6.362.853,26€, tendo um resultado líquido do exercício negativo de 304.705,77 €. Os fatores que maioritariamente contribuíram para este resultado são o desfasamento entre o valor do serviço em alta relativamente ao serviço de saneamento, que é muito influenciado pela pluviosidade. Logo no ano de 2021, tendo sido um ano chuvoso, contribuiu para o aumento do valor da despesa. Por outro lado, as perdas por imparidade, uma vez que se registou um aumento de incumprimento de pagamento pelos clientes; a questão do covid, com a redução de receitas; e o setor dos transportes, em que houve disponibilidade dos serviços, mas não havendo receita.



Destaca-se no entanto um endividamento líquido negativo em 2021, sinal de que há cumprimento dos SMAT, no cumprimento contratual. Finalmente, referiu ainda que a execução do plano plurianual de investimentos atingiu os 81,74%, dando nota da boa execução levada a efeito por estes serviços. O investimento global foi de 636.647,70€, com uma realização de 609.243,15€.

Intervio a Senhora Presidente para informar que foi enviada a certificação legal de contas para todos os Senhores Vereadores, a referida certificação foi apenas entregue neste momento. Sendo esta uma questão que se discute muito nos municípios, mas sobre a qual entendem muitos ROC's que este documento só deve ser tornado oficial após os documentos serem aprovados em reunião de Câmara e não informado em draft. Sobre este assunto já se debateu muito no Município onde presidiu anteriormente.

Perguntou ainda aos Senhores Vereadores se precisam de algum tempo para apreciação do documento ou se necessitam de algum esclarecimento adicional, uma vez que o mesmo só foi entregue no início da reunião.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Testa, o qual apresentou cumprimentos a todos os colegas Vereadores, aos dirigentes e funcionários do secretariado e aos munícipes a assistir nas redes sociais, para esclarecer que os documentos produzidos pelos auditores, nomeadamente a certificação legal de contas, não são outra coisa, que não mais, a persecução de obrigações, competências e atribuições do órgão fiscalizador que é Assembleia Municipal, ou seja, é por isso que é a Assembleia Municipal a designar o auditor das contas. O que acontece e tecnicamente bem, é que os auditores produzem o documento na versão draft, porque verdadeiramente a competência material é do órgão fiscalizador que é Assembleia Municipal, porque sendo a Câmara Municipal o autor da proposta à Assembleia Municipal para aprovação, podem ser suscitadas questões ou correções pelo próprio órgão propositor, que é a Câmara Municipal, para virem a ser sujeitas a uma deliberação da Assembleia Municipal. Portanto, do ponto de vista técnico, os auditores procederam da forma correta e a Câmara Municipal tem por si própria competências de propor correções, alterações, e até mesmo divergir da posição do auditor. Embora a posição do auditor seja uma posição de autonomia técnica relativamente às contas do Município, não quer dizer que não possa ser sujeita a críticas por parte do órgão propositor, a deliberação à Assembleia Municipal, concordando assim com versão draft. Outra coisa tem a ver com o prazo da entrega do relatório, porque certamente quem convoca esta reunião de Câmara tem presente que existe um tempo limite para entrega de documentos e se a entidade contratada pelo Município não tem presente isso, devia ter presente, mas compete a quem convoca esta reunião de



Câmara a necessidade de providenciar todos os documentos àqueles que o vão apreciar. Mas do ponto de vista do que leu, não precisa nem de dois minutos para estar em condições de observar o relatório dos revisores de oficiais de contas.-----

Contudo, do ponto de vista formal, até porque isto hoje, acontece com relatório do ponto de vista material e não traz grande novidade. Mas do ponto de vista formal, acha importante serem preservados os prazos relativamente à entrega dos documentos, porque isso é condição para uma melhor observação dos mesmos, é um alerta que deixa e um pedido que deixa para questões futuras, para que possam ter os documentos de forma atempada e, sendo uma reunião extraordinária, quando a mesma foi convocada, já sabiam quais os documentos que iam necessitar.-----

Tomou a palavra o Senhor Vereador João Pedro Meira, o qual apresentou cumprimentos a todos os colegas Vereadores, aos dirigentes e funcionários do secretariado e aos munícipes a assistir nas redes sociais, para referir uma nota positiva e de congratulação aos serviços, pela forma como o Plano Plurianual de Investimentos foi executado, quando essa vinha sendo reivindicação do Partido Socialista, ao longo dos últimos anos e que representava precisamente isso. O resultado líquido acumulado, o resultado para o ano seguinte, deveria ser aplicado em investimento, é uma nota que veem com muito bons olhos e que se consegue com o Plano Plurianual de Investimentos 2021. Apresentou duas questões, uma delas prende-se com a ausência de um documento, ou seja, de uma peça orçamental, o mapa de recebimentos em atraso e o qual é exigido pelo SNC, não pondo em causa a deliberação do documento, mas que é essencial para terem conhecimento dos recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados e que, de alguma forma, também permite interpretar as imparidades que a Senhora Presidente e a Vereadora do Conselho de Administração, suscitou na sua intervenção. Solicitando que esse mapa fosse distribuído. Outra questão é o mapa das dívidas a terceiros e questiona o que justificou e levou ao agravamento da dívida às Águas do Vale do Tejo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, na medida em que o valor em dívida aumentou de 459.000€ para 708.000€, qual a sua justificação, para que, de facto, seja superior ou trata-se de pagamentos que não foram pagos até ao final do ano. Por outro lado e com alguma surpresa, mas deverá haver alguma explicação, o custo das mercadorias e matérias consumidas agrava-se substancialmente em quase 200.000€ de gastos adicionais, aquilo que seria a expectativa é que no campo das vendas, isto é, venda de água, tivesse existido também um crescimento significativo, semelhante ao crescimento dos custos. Mas isso não aconteceu, as vendas cresceram sensivelmente 56.000€ e os custos agravaram-se em quase 200.000€. Nesse sentido, gostava de saber o porquê e o crescimento dos custos das mercadorias vendidas, o que justificou o



crescimento tão significativo dos gastos, quando comparadas com as vendas ao consumidor final. Por outro lado, qual é que é, de facto, a resolução política que é encontrada, para o segundo ano consecutivo, em que os Serviços Municipalizados acumulam um resultado líquido negativo. Portanto, isto é de facto uma situação que merece uma reflexão, importante, profunda, mas gostava de saber, e vem também nas contas do Município, sobre essa matéria solicita e questionou a Senhora Presidente e o Conselho de Administração, quais as estratégias, as reflexões sobre estes resultados líquidos negativos, para que não tenhamos em 2022 um resultado líquido negativo.-----

Inteiveio a Senhora Presidente para responder que, de facto, são dois anos com resultados negativos. Importa fazer alguma coisa, visto que são dois anos negativos e não há nenhuma empresa, que consiga desenvolver-se dessa forma. A Senhora Vereadora já explica os motivos, mas dois deles são os fundamentais e não fala do resultado negativo do ano transato de 2020, porque não estava em funções no Município. Mesmo em relação a 2021, estava em funções há pouco tempo para responder a todas as questões, mas de qualquer maneira, foram analisados os números, conheceram-se os porquês e uma das situações é a questão dos transportes. O transporte é um serviço muito deficitário, que causa grande prejuízo aos Serviços Municipalizados e foi um ano em que o executivo entendeu, durante algum período, não cobrar esse serviço aos munícipes, ou seja, os Serviços Municipalizados tiveram a despesa com os transportes, mas não tiveram a receita com os munícipes, porque os mesmos não pagarem transporte, por decisão do outro executivo. Outra questão teve também a ver que 2021 foi um ano chuvoso e o valor do saneamento agravou-se muitíssimo, ou seja, o valor que é pago para tratar a água da chuva é o mesmo que é pago para tratar os efluentes das casas das pessoas, sendo um ano muito chuvoso, chegou muito caudal à ETAR, o que deu origem ao valor do saneamento disparar. Sendo estas as duas situações com maior influência para um mau resultado.-----

Inteiveio a Senhora Vereadora Laura Galão para referir que, tal como a Senhora Presidente afirmou, existe um conjunto de fatores que justificam um resultado negativo. Um é a questão do saneamento, sendo que foi um ano muito chuvoso, comparativamente com outros e, como exemplo, uma fatura paga à empresa de fornecimento de serviços em alta, no mês de fevereiro de 2020 e outra paga no mês de fevereiro de 2021, tem uma diferença de cerca de 50.000€, devido à entrada do caudal na estação de tratamento de água residuais, essa diferença é devido o ano 2021 ser muito chuvoso, ou seja, sempre que seja um ano chuvoso, tem mais despesa do que receita, não é compensado na fatura em alta, com a fatura em baixa, daí esse resultado negativo.-----



Outra é a questão dos transportes, havia um serviço disponível e não havia clientes ao nível do que é habitual. Mas, neste momento, já existem dados que no primeiro trimestre de 2022, existe uma recuperação e com um resultado idêntico ao de 2019, antes da pandemia. Por outro lado, o revisor de contas dá essa nota, que tem que haver uma perspetiva cautelosa, por causa do aumento do preço dos combustíveis. Se, por um lado, está a haver um aumento de clientes e taxas de atendimento mais elevadas, por outro lado temos que ter alguma reserva relativamente ao futuro do preço dos combustíveis, independentemente dos apoios que possam ser evitados. Julga que a tendência será para estabilizar e este resultado negativo não irá ser assim em 2022.-----

Em relação ao valor em dívida do final do ano, deve-se a duas faturas das Águas Vale do Tejo que terminavam a 31 de dezembro e foram pagas a 3 de janeiro, havendo um diferencial de 400.000€, que aparecem na conta a 31 de dezembro, mas as quais já foram pagas, caso seja necessário faz-se prova do pagamento.-----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Testa para referir que é uma obrigação estar incluído o mapa de recebimentos em atraso, quando o sistema contabilístico do POCAL, passa para o SNC-AP. Existe um conjunto de mapas e documentos que no POCAL, não tinham a obrigatoriedade legal de estar incluídos e passaram, a ter no SNC-AP e por isso estranham-me não estar referido, porque a transferência do sistema do POCAL para o SNC-AP, inclui um conjunto de obrigatoriedades, adicionais relativamente às entidades Públicas, nomeadamente de um conjunto de mapas e documentos no global, das contas para serem apresentadas, para aprovação, embora as contas estejam em condições de aprovação, mas deviam ser os próprios auditores a informar sobre a falta desses documentos. -----

Interveio a Senhora Presidente para referir que compete a todos serem mais exigentes com estas entidades, porque o trabalho tem que ser de qualidade.-----

Tomou a palavra a Senhor Chefe de Divisão José Gandum para acrescentar que os revisores de contas tanto dos Serviços Municipalizados como do Município, o procedimento do relatório foi feito desde o início de janeiro, ou seja, a informação está lá, porque eles a validaram, é só fazer um print para execução dos mapas em falta.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar relatório e contas de 2021 e remeter à apreciação da **Assembleia Municipal**.-----



DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

Serviço de Finanças – Contabilidade

326 - Para deliberar – Presente proposta de Prestações de Contas e Relatório de Gestão de 2021.-----

Intervio a Senhora Presidente para informar que foi enviada a certificação legal de contas, para todos os Senhores Vereadores e para esclarecer algumas questões importantes na prestação de contas. Este documento é muito técnico e não político, e reflete o que aconteceu, o bom e o mau, reflete tudo. Enquanto o plano de atividades e orçamento é mais político, a prestação de contas não é. Deu nota que a 31-12-2021, o Município passou a ter mais 186 colaboradores, que vieram transferidos do Ministério de Educação. Esta prestação de contas, este exercício em 2021, não adveio, ou seja, não houve plano de atividades e orçamento, porque tinha sido reprovado em 27-11-2020, pelo órgão executivo. Portanto, passou a entrar em vigor o orçamento corrigido que era de 2018. Este exercício de 2021 teve uma execução de receita na ordem de 84,72%, um pouco abaixo do que dizem as regras, que indicam que deve ser cumprida pelo menos 85% da receita. A receita orçamentada no valor de 27,6 milhões de euros em números redondos. Desta receita, foi executado 23,4 milhões de euros. Em termos de valor comparado com anos anteriores ficou muito abaixo do que era suposto, em menos de 4,27 milhões de euros como previsto, em termos de receita, um valor muitíssimo considerável que não foi executado. Em termos de receitas correntes é sempre mais fácil haver taxas de execução mais simpáticas. Tivemos uma taxa de execução 99,14%, acima do esperado e acima de tudo, porque também houve uma boa execução, concretização em termos de impostos. Foi um ano acima do que se perspetivava, a nível do IMT, tivemos um valor muito mais elevado do que o esperado 540.000€, mais 159.000€ de IMI e 51.000€ IVA do que aquilo que era esperado. A nível de receitas de capital cobradas, foram muito inferiores àquilo que era esperado, muito inferiores às orçamentadas, correspondeu a uma taxa de execução de 54,54%, com desvio de 51,77%, em relação aquilo que era a perspetiva, o que originou um valor muito aquém do que tinha sido previsto de 2,9 milhões de euros. 2021 foi um ano de execução de obras que não foi bom, as obras atrasaram muito, não foram executadas, o que deu origem a uma má taxa. Em relação às receitas de capital, houve um aumento de quase de 241%, em relação a 2020. Em 2021 foi arrecadado receita na rúbrica passivos financeiros, tendo o Município arrecadado essa verba de empréstimos também aprovados. O Município de Portalegre tem uma grande dependência de fundos financeiros, como todos os



Municípios de interior. Das receitas arrecadadas pelo Município de Portalegre, em 2021, tivemos 5,1 milhões de euros, correspondem a impostos diretos, o que equivale a 21,79% das receitas totais e que tiveram um acréscimo expressivo de 16%, em relação ao ano anterior. O valor do IMI é também muito significativo, é de 3,4 milhões de euros.-----

Foi um ano muito fraco em termos de cobrança de taxas e licenças, a nível de loteamento e obras apenas 92.000€, foi um ano fraco de obra pela iniciativa privada. A fraca execução de obras tem muito a ver com a tabela de taxas e licenças ser muito onerosa e é prejudicial para o investimento, quer para os munícipes, quer para as empresas privadas e também foi um ano de pandemia. Informou ainda que em relação à tabela de taxas e licenças (RMUETCU), estão a trabalhar para ser alterada, porque a mesma tem sido muito prejudicial, para os investimentos. Em termos de receitas de capital, temos as vendas de bens de investimento, um valor muito baixo de 268.000€, transferências de capital 3,1 milhões de euros, passivos financeiros 488.000€, outras receitas de capital 924.000€.-----

Em 2021, também não ocorreram venda de lotes na Zona Industrial, não houve investimento. A nível de participação de fundos comunitários, o Município recebeu 1,8 milhões de euros, sendo muito pouco. Estes fundos comunitários advêm da requalificação Escola do Assentos, alguns edifícios de habitação social, polidesportivo dos Assentos, incubadora de empresas, remoção de fibrocimento na Escola José Régio. O Município de Portalegre tem tido também um pequeno aumento face a anos anteriores de verbas recebidas do Orçamento do Estado. -----

Presente na sala o Senhor Chefe de Divisão José Gandum prestou esclarecimentos necessários relativos à prestação de contas e relatório de gestão de 2021.-----

Tomou a palavra o Senhor Vereador João Pedro Meira para agradecer a explicação técnica que foi feita às contas e para referir como no relatório de contas dos Serviços Municipalizados, existe também um conjunto de mapas que não constam e já solicitamos que pudessem ser aditados a estas contas, nomeadamente o mapa de execução das atividades mais relevantes, o mapa de execução das atividades das Grandes Opções, o mapa de dívida a terceiros, mapa de recebimentos em atraso, o mapa de encargos contratuais e o mapa de adjudicações por tipo de contrato, são algumas peças que estão em falta. Como foi dito e é muito expressivo, há uma redução muito significativa, nas taxas de execução orçamental desde 2018, o que revela de facto alguma sub-orçamentação que possa justificar estes dados, mas a verdade é que o historial que o Município de Portalegre trazia desde 2018 se tem vindo alterar e as taxas de execução, quer da despesa, quer da receita, têm diminuído consecutivamente desde esse ano. Quer ainda destacar que há um crescimento na



despesa corrente de 17,21%, face a 2020, que é justificado, pela receita arrecadada, em sede de impostos, principalmente pela transmissão onerosa de imóveis, mas há um dado muito significativo e expressivo que é a transferência do F.E.F. Um acréscimo de 1 milhão de euros sensivelmente do orçamento de estado, portanto há um acréscimo de 1 um milhão de euros, sendo um valor significativo para o Município de Portalegre. Sendo que a receita arrecadada da transferência do F.E.F, desde 2018 a 2021, cresceu 25%, ou seja, o Município recebe hoje mais um quarto, daquilo que recebia em 2018. É um dado significativo e importante, que mostra também o que os governos têm feito, do que é a lei das finanças locais, na transferência desse montante, para além das participações extraordinárias, como é o caso do IVA, que passa também a ser prevista a receita arrecadada de 130.000€. Dá nota do grande impacto que estas transferências do orçamento de estado passam ter nas contas do Município. Aliás, e para concluir a interpretação, as transferências do orçamento de estado pesaram na receita executada 42%, ou seja, quase metade da receita executada são transferências do orçamento de estado. Portanto tem um peso muito significativo e substancial. Por outro lado, destacou também baixas taxas de execução da receita de capital 54% e da despesa de capital 68%, havendo uma execução substancialmente reduzida da despesa de capital, relacionada com as empreitadas em curso, não executadas e que são financiadas e que as derrapagens do prazo acabaram por ter este resultado.-----

Referiu também que há uma amortização extraordinária que foi refletida na análise dos documentos, referente ao empréstimo do Mercado Municipal de cerca de 851.000€, ao qual se juntou um plano de pagamento à Caixa Agrícola, uma decisão que tinha sido tomada em dezembro de 2021, o que permitiu ao Município antecipar amortizações de empréstimos na ordem de 959.000€. Mas do ponto de vista técnico e contabilístico, percebeu-se o porquê da decisão tomada em dezembro, tentar alcançar, uma maior execução da despesa. Mas, contabilisticamente falando, a execução que foi obtida no final deste exercício foi de 81,46%, mas se porventura esta antecipação do pagamento de empréstimo não tivesse sido feita, a taxa de execução da despesa era de 78% e em nome de 3 pontos orçamentais de melhoria de execução da despesa, o Município de Portalegre abdicou hoje de estar aqui a discutir aplicação de pessoal, de gerência de quase 2 milhões de euros, para estar a discutir aplicação de 900.000€. De facto, foi uma posição política que poderia ter outros contornos, porque hoje poderiam estar a ser confrontados que era a descrição das políticas públicas e da afirmação de investimentos e do que iam fazer com 2 milhões de saldo de gerência, quando isso não aconteceu, e a opção foi de abdicar de 1 milhão de euros, em antecipação de pagamento de empréstimo, em nome de



uma melhor execução da despesa em 3 pontos percentuais, ou seja, por 3 pontos percentuais perdeu a oportunidade de estar agora a discutir aplicação de mais 1 milhão de euros em investimentos municipais nas opções políticas deste executivo. Levanta ainda três questões, a primeira relaciona-se na página 73 do relatório de contas, é apresentado o valor estimado das contribuições das entidades, participadas pelo Município, para a dívida do Município, mas não tem o valor da dívida estimado das mesmas, portanto não conseguindo aferir com tanta precisão, aquela que é participação da prática do Município. Não tendo a dívida estimada das entidades participadas pelo Município, como é o caso da Fundação Robinson e Serviços Municipalizados, não é possível verificar o cálculo que é estimado de quase 2 milhões de euros em 2021, que impacta a dívida de outras atividades do Município de Portalegre, participa para a dívida do Município. Solicitando futuramente que seja apresentado o valor da dívida estimada nas próximas contas.-----

Questionou relativamente à diminuição da rubrica da despesa paga, outros trabalhos especializados, diminui sensivelmente em 1 milhão de euros em 2021, face a 2020. Finalmente outra questão é o relatório de acompanhamento financeiro do serviço da dívida da despesa total, ou seja, a despesa total aumentou de forma significativa, por via da execução da despesa de capital. O serviço da dívida diminuiu por via de uma amortização de quase 2,5 milhões de euros, no ano 2021, ou seja, de uma amortização líquida. Outra nota é a despesa com o pessoal que tem um peso muito significativo, representando 54% da despesa corrente e 33% da despesa total. Outro dado para refletir é sobre o relatório de acompanhamento financeiro, da receita própria sobre a despesa total, ou seja, a capacidade que o Município tem, com a sua receita gerada, isto é, os impostos diretos e indiretos, de fazer face à sua despesa total. O rácio degradou-se em 2021, em comparação com 2020. Isto aliado à dependência significativa das transferências do orçamento de estado, aliado ao facto de esta execução orçamental, no orçamento de estado para 2022, ser muito inflacionado pelos projetos comunitários que estão a decorrer, é um assunto para ser refletido.-----

Usou da palavra a Senhora Presidente para referir que este relatório de contas é uma responsabilidade partilhada, uma vez que este executivo só esteve 3 meses em funções no ano de 2021, enquanto o outro executivo esteve 9 meses, não estando a fazer críticas ao anterior executivo, em relação às opções que os mesmos decidiram. Em relação à questão das obras, 2021 não foi um ano fácil e isso não depende dos municípios. Os concursos atrasaram muito, os empreiteiros alguns não começaram a obra, houve obras adjudicadas em junho e só iniciaram em novembro, não sabendo quais os motivos do atraso das obras, uma vez que ainda presidia o município. Na fase



final tem a responsabilidade de desbloquear as obras, como é o caso da Escola Cristóvão Falcão e os antigos Paços do Concelho. Referiu ainda que o Município de Portalegre está muito dependente das verbas do orçamento de estado, como todos os municípios do interior. Em 2021 registou-se um aumento das verbas do orçamento de estado, em relação a anos anteriores, mas se o estado transfere responsabilidades para os municípios, também tem que transferir as verbas. Por exemplo, a requalificação da Escola Cristóvão Falcão, tinha que ser o Estado a contribuir para o pagamento da obra e não o Município de Portalegre. Outros exemplos são as infraestruturas da escola da GNR, o Centro de Saúde, que deviam ser responsabilidade do Estado e não do Município, ou seja, há uma série de responsabilidades nos municípios que devia ser o estado. Estando a referir-se a competências transversais, nem fala das novas competências, que passaram para os municípios.-----

Em relação ao pagamento da dívida houve a decisão de amortizar cerca de 800.000€ no final do ano, tomada pelo executivo e por todos os membros eleitos, senão estaríamos agora aqui a falar do incumprimento da taxa de execução.-----

Em relação aos mapas solicitados, concorda que os mesmos sejam anexados ao relatório de contas.-----

Relativamente às despesas com o pessoal, é de facto, uma despesa muito elevada. O Município, com o quadro de funcionários que tem, aplica muito da sua verba para os vencimentos desses mesmos funcionários, mas o que importa é conter e não deixar aumentar, fazendo ajustes. Há de facto setores onde há falta de funcionários. Recentemente houve necessidade de abrir concurso para dois assistentes operacionais, coveiros, estando este trabalho em risco por falta de pessoal.-----

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para frisar que há um conjunto de afirmações que foram proferidas, em sede de reunião de Câmara, que são bastante relevantes e foi a primeira vez que se ouviu de forma tão veemente, a produção destas afirmações. Há também aqui um conjunto de erros de perceção que devem ser corrigidos, porque quando se diz que a despesa com pessoal é demasiadamente alta, não quer dizer que seja do ponto de vista líquido alta, não quer dizer que seja, da despesa total, com o pessoal, quando diz que a despesa é demasiadamente alta. Porque a despesa corrente que temos hoje, provavelmente do ponto de vista líquido é reduzida, assegura com dificuldade o funcionamento do município, o que quer dizer é que a despesa corrente face à globalidade da despesa é muito alta. Contudo quer dizer que, com isto, a despesa de capital, essa sim, é muito abusiva. O grande problema que os municípios têm, os municípios que estão na situação, em que está o Município de Portalegre, é de arrecadar pouca receita própria, a circunstância



permanente, para viver para a realização da despesa de capital, daquilo que sobeja da receita corrente, para ser canalizada, para despesa de capital, portanto vê-se na circunstância de diminuir sistematicamente, a sua despesa de capital. Mas o grave não é no ano de 2022, nem será no ano de 2023 ou 2024, o grande problema que se enfrenta, é que, à medida que se vão esgotando os fundos comunitários, à medida que se vai executando aquilo que era o compromisso com a União Europeia, aproximamo-nos de uma situação de convergência, portanto é natural que mais cedo ou mais tarde, deixe de haver fundos comunitários, para suportar investimento público, investimento municipal e de ver reduzida de forma inexorável a despesa de capital. Este vai ser o grande problema que o Município de Portalegre, como qualquer outro que viva nas mesmas circunstâncias. Outro erro de perceção que importa ser corrigido, pois quando se assume que é importante verificar uma situação em que as receitas próprias do Município, nomeadamente através da arrecadação de taxas e impostos, assumissem uma posição mais significativa, mas isso não quer dizer, que se tivesse de cobrar mais impostos, aos contribuintes. O nosso objetivo é tal e qual como se verifica no IMT de forma absolutamente extraordinária em Portalegre e no país em virtude da situação pandémica, que está estudado através dos relatórios dos Instituto Nacional de Estatística, o que indica que houve um maior volume de transação de imóveis, por virtude por uma maior apetência dos aforradores, para aplicação do seu capital na compra de imóveis. O que desejamos é que atividade económica produzida em Portalegre fosse a bastante para proporcionar ao Município de Portalegre, arrecadação de receitas próprias. E o que fazer com as receitas próprias, é aí que a política entra. As receitas próprias não devem ser submergidas em despesas correntes, porque em despesa corrente existem as receitas correntes, que derivam sobretudo da garantia dada pelo estado através do fundo de equilíbrio. É esse fundo de equilíbrio que serve para suportar a atividade corrente do Município. Gostava ainda de clarificar que a despesa de capital, que ainda sobeja, com suporte a fundos comunitários, como projetos de iniciativa municipal, candidaturas e execução física das mesmas, o que preocupa o executivo relativamente a algumas candidaturas que têm em mão, porque mesmo em execução física dessas mesmas candidaturas, acarretará um prejuízo, não só para a população de Portalegre, em virtude de não ver haver satisfeita a realização dessas mesmas obras, mas um prejuízo muito significativo do ponto de vista financeiro, mas também principalmente do orçamentado para o Município de Portalegre. Quando existe a possibilidade de ter em mãos a variável de investimento municipal, na ordem de 2 milhões de euros para o exercício a crescer aquele que estava perspetivado quando do orçamento, nunca deveríamos ter desperdiçado aplicação, deste volume de dinheiro, em investimento



Câmara Municipal de Portalegre

municipal, ajudando assim a puxar para cima a despesa de capital e diminuir o rácio da despesa corrente, face à despesa global e ajudava à economia local e ajudava às receitas públicas do Município. Em relação aos 900.000€, pagos ao plano de empréstimos, não determinava qualquer incumprimento. Aliás, os planos de pagamento estão assumidos, na base do cumprimento legal, não havia qualquer incumprimento não houvesse lugar ao pagamento antecipado, o que de alguma forma estranha é que tivessem sido alocadas verbas de tão grande monta, para a satisfação prioritária de dívida barata.-----

A Senhora Presidente dirá que as boas contas também fazem com que possamos ter uma autonomia económica ou financeira que permita investimento municipal. Mas a boa gestão orçamental faz-se com a capacidade de utilizar os recursos que existem no Município, para os alocar da melhor forma e, quando existem projetos para iniciar e tantas necessidades no concelho de Portalegre, acha que a melhor forma de alocar aquele montante fosse o antecipar do cumprimento de um plano de pagamento que estava a correr bem e que obedecia a todos os rácios de boa gestão, era um plano de pagamento alongado no tempo, mas principalmente porque satisfazia uma necessidade económica e financeira do Município. Foi a forma que o Município encontrou de se financiar de forma barata ao longo dos anos. Outra questão é que não há memória que a lei das finanças locais esteja a ser cumprida, como está a ser nos últimos anos, até há quatro ou cinco não tinha um grau muito relevante. Refere ainda quando a Senhora presidente diz que 1 milhão de euros para o Município de Portalegre é pouco, mas, no seu entender, é muito dinheiro, portanto é uma questão matemática. As questões que têm que ser resolvidas são questões de política orçamental, porque o exercício orçamental não é um mero exercício contabilístico. O exercício contabilístico deve refletir as opções políticas tomadas pelo município, sendo uma responsabilidade do Município, como proponente dessas políticas públicas, e é nesse sentido que é preciso perceber como são aplicados os fracos recursos que existem no município e entre variáveis, para dinamizar a cidade e o concelho, a ponto de gerar mais receitas para aplicar em mais investimento público, o exercício deve ser o ponto de partida para o seguinte. Têm que ser tomadas medidas de política orçamental. Alerta ainda para os anos subsequentes com um ano orçamental mais reduzido do que o atual, sendo um alerta, que face ao que está explanado no atual relatório e contas de 2021, lido de forma conjugada com orçamento em vigor, é um alerta que lhe parece verosímil. Porque estamos num ano de arranque de quadro comunitário de apoio, vai-se demorar algum tempo até chegar à velocidade de cruzeiro desse quadro de apoio, e nesse sentido deviam estar a discutir hoje alegações de verbas marginais em projeto, para terem esse mesmo projeto



preparado para submeter a candidaturas futuras. Podem ir à previsão orçamental que é proposta em virtude do encaixe do saldo de gerência e perceber que do ponto de vista, deviam estar naquela fase em que os próprios quadros comunitários de apoio aconselham a estar, que é na fase de projeto, porque quando há um volume de obra considerada em execução, já deviam estar a preparar o volume de obra considerada subsequente.-----

Referiu também que os 900.000€ davam para fazer investimentos municipais, que não necessitam de projeto e que é emergente, relativamente a equipamentos que precisam de manutenção e temos equipamentos municipais que precisam de manutenção. -----

Intervio a Senhora Presidente para referir que não concorda com a forma de pensar do Senhor Vereador Luís Testa, e que já tiveram esta discussão em dezembro e nunca se pronunciaram em relação ao pagamento efetuado. Agradece muito os considerandos como Presidente da Câmara, mas é presidente de Câmara há 12 anos e tem conceitos básicos que já adquiriu há muitos anos e com bons resultados e com destaque a nível nacional como autarca modelo.-----

Retomou a intervenção o Senhor Vereador Luís Testa para referir que o executivo pode ter visões diferentes dos outros Senhores Vereadores, mas a Senhora Presidente não nos limitará pelo seu currículo e pelo seu passado, naquilo que é a nossa perceção e a nossa forma positiva de fazer política e prestar esclarecimento, porque é o que compete aos Vereadores da oposição. Aos Vereadores da oposição não compete só vir votar contra, só por votar contra. Os Vereadores da oposição têm sobretudo o dever de aqui propor soluções alternativas e muitas vezes essas soluções não estão erradas, seja qual for o Vereador ou a Senhora Presidente, são apenas opiniões diferentes. Referiu que não está a impor a sua razão, mas sim a defender a sua razão e o que explanou foi do ponto de vista político orçamental e não com contas nem questões técnicas. É sim política orçamental a alegação de dezembro passado de 900.000€ para cumprimento antecipado de dívida, dívida que estava a ser amortizada, paga de forma regular, constante, com os critérios legais. Mas do seu ponto de vista não foi a forma correta, porque podiam estar a discutir mais 900.000€, divididos em duas partes, uma para fazer face a despesas emergentes do Município, relativamente a manutenção de equipamentos e outra para fazer face a projeto para serem lançados nos novos quadros comunitários da União Europeia.-----

O papel do Município não pode ser única e exclusivamente aquilo que são as suas competências legais, como por exemplo, não existe uma lei atribuída à obrigação de corresponder à facilitação dos investimentos dos privados, na área da indústria, comércio, hotelaria, dos serviços, mas isso um desígnio de qualquer presidente, assim,



como a fatura a pagar pelo Município de Portalegre em 7,5%, do valor global do projeto, para ter uma escola completamente nova, ou um centro de saúde, ou seja, é uma fatura barata e houve municípios a pagá-los a 100%, porque é desígnio boa oferta no parque escolar, é desígnio ter bons equipamentos de saúde e sejam eles quais natureza forem, o maior desígnio é fazer bem às populações e melhorar a condição de vida da população. -----

Interveio a Senhora Presidente para referir que tem todo o respeito pela oposição, mas obviamente que está mandatada para dirigir a Câmara com o voto que a população lhe deu, e não abdica desse mandato e não pode deixar que a oposição, quando não vê a sua opinião concordante, a querer impor à força. Continua a manter a posição com que todos concordaram em dezembro, volta a dizer que pagaria o empréstimo bancário que foi amortizado. Quando disse que entraria em incumprimento, tem a ver com a concretização e não com o pagamento do empréstimo, ou seja, o empréstimo estava a ser pago de forma normal. O que disse é que foi melhorado ao concretizar, no sentido da execução do orçamento e também não está obcecada com o pagamento da dívida do Município, porque não acha que seja o mais importante. Aliás, a Câmara deve ter as contas o mais certas possíveis, mas há coisas muito mais importantes do que pagar a dívida e sim resolver muitas questões que estão por resolver. Considera que o aumento das receitas de capital é fundamental, pois nem tudo é suportado por fundos comunitários. Há investimentos previstos fundamentais para Portalegre, que provavelmente não terão direito a fundos comunitários, como é o exemplo das estradas que estão muito degradadas e, se tentarem fundos comunitários, não são aprovados. Em relação à recuperação da piscina municipal e do parque de campismo, provavelmente não terão fundos comunitários. Em relação ao aumento de receitas próprias, é difícil um município como Portalegre aumentar as suas receitas próprias. Quando diz que quer baixar a tabela de taxas e licenças, é no sentido de aumentar o investimento e defende uma diminuição do IMI. Em relação ao pagamento do empréstimo de 800.000€, existe um plano de atividade e orçamento que foi muito condicionado pela sua elaboração e pelo atraso das obras que não foram terminadas em 2021 e tiveram que ser transitadas e cabimentadas para o ano 2022. Mas o Município também não tem que andar a subsidiar o Estado, como é o caso das refeições das escolas, que tem que ser o Município a suportar a diferença das refeições, o que resulta de um défice 100.000€/ano e não compete ao Município subsidiar o Ministério de Educação, mas sim ajudar os municípios.-----



Perguntou depois quais foram os grandes investimentos que foram feitos no nosso concelho por parte da Administração Central, referindo que não se recorda de nenhuma obra relevante que tivesse sido feita nos últimos tempos.-----

Interveio o Senhor Vereador Luís Testa para referir que antes das eleições tinha uma posição e defendia que devia haver taxas de construção zero, pelo menos durante dois anos, para garantir uma aceleração da atividade económica, nomeadamente na área da construção, que permitia abdicar de 69.000€ e ganhar mais à frente em IMT e IMI, ganhando em empregos e mais contribuintes na taxa variável de IRS, ganhando mais em transações económicas e também na participação da taxa do IVA. Aliás se for abdicado nas taxas e licenças por um período limitado no tempo, como bússola aceleradora da atividade económica, de qualquer coisa de 60.000€, por via de introdução de uma receita extraordinária, mas que passa a ser permanente, que é a participação da taxa do IVA, vai ser compensado por excesso. O que defendeu como incentivo de política económica, por via do orçamento municipal. Também defende ainda a redução da taxa do IMI e para ser sentida no bolso dos munícipes e no cofre das empresas, precisa de ser reduzida de forma substancial.-----

Defendeu ainda que existe uma falha, ou seja o envelope financeiro não cumpre na sua totalidade as despesas efetivas correntes permanentes, sendo uma falha grave.---

O estado está a delegar competências nos municípios, para que a gestão seja mais próxima e muito mais eficiente, aliás defende que o estado seja mais eficiente, mas ao delegar as competências nos municípios há uma gestão mais eficaz e mais célere. -----

Interveio o Senhor Vereador João Pedro Meira para clarificar as pessoas que estão a ouvir, relativamente à deliberação obtida em dezembro, os Vereadores presentes nessa reunião foram "eu próprio e a Vereadora Ana Margarida Curinha", a posição dos Senhores Vereadores do PS foi abstenção com a apresentação de uma declaração de voto.-----

Outra clarificação é sobre o esclarecimento que a Senhora Presidente fez sobre o pagamento do empréstimo antecipado, quando diz que não tivesse sido pago, estariam, neste momento, a discutir o incumprimento do rácio da taxa de execução da despesa. Mas tem um parecer do Conselho de Finanças Públicas, relativamente ao que são obrigações legais impostas pela Lei das Finanças Locais, sobre a execução e a única imposição legal que existe é na execução da receita. Até seria um pouco ridículo haver uma imposição legal na despesa, isso não é uma imposição legal. Queria deixar clarificado que não houve qualquer oposição ou impedimento, se a taxa de execução da despesa, em vez de ser 81,5% fosse hoje de 78%, menos 3,5 pontos percentuais e que tivesse um saldo de gerência substancialmente maior, para



executar por exemplo o programa eleitoral do qual foi eleita. Mas em sua opinião, o Município desperdiçou uma oportunidade de, em 2022, fazer investimento, devido ao pagamento da dívida.-----

Intervio a Senhora Presidente para clarificar que o atraso das obras condicionou o plano de atividades. Continua a ter a mesma posição em relação às decisões tomadas relativamente ao pagamento da dívida antecipada. Informou que estão a preparar uma série de projetos de que dará nota nos próximos tempos. Informou também que melhoraram as contas da Câmara, para fazer obra de futuro.-----

Intervio o Senhor Vereador Luís Testa para solicitar que fossem fornecidos aos Senhores Vereadores, os mapas de execução orçamental e a listagem de pagamentos a terceiros, mensalmente ou trimestralmente.-----

Intervio a Senhora Presidente para responder que está totalmente de acordo que sejam enviados os respetivos mapas para os Senhores Vereadores.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2021 e remeter à apreciação da **Assembleia Municipal**.-----

Declaração de voto do Senhor Vereador João Cardoso

"Votei favoravelmente a prestação de contas de 2021 por se tratar de um documento técnico de uma execução orçamental que reflete em parte a gestão política da CLip e em parte a gestão política do PSD.-----

Não entendemos a necessidade de a Sra. Presidente continuar a fazer oposição a quem já aqui não está, como se o PSD ainda fosse oposição, lembrando que foi o PSD que votou sistematicamente contra os orçamentos e as contas no anterior mandato, lembrando que desde 2018 esta câmara não tinha nem orçamento, nem contas aprovadas, sempre com a mão do PSD.-----

Mas essa não é a postura da Clip, estamos aqui para ser parte da solução, para dar ideias e opiniões, apenas a favor de Portalegre. Estas contas refletem o bom e o mau do que se passou no ano passado e são dados técnicos fidedignos para definir uma estratégia futura.-----

Uma nota de preocupação sobre o financiamento que acompanha a transferência de competências do governo, que nos parece manifestamente insuficiente e que poderá vir a agravar o subfinanciamento e sustentabilidade financeira do município.--- Sabemos que a execução orçamental foi muito beneficiada por uma Amortização extraordinária de quase 1 milhão de Euros no final do ano e ainda existe um saldo orçamental de quase mais um milhão de Euros que vamos integrar hoje.-----

Ainda assim, não deixar de referir a redução contínua do endividamento nos últimos anos, a expressão nas contas das muitas candidaturas e obras que estão em curso e



que transitaram do mandato do Clip para o do PSD, o acréscimo de IMT que reflete o aumento do investimento privado no concelho e a pouca execução das taxas e licenças urbanísticas que, concordando com o que a Sra. Presidente disse, nos levou a iniciar no anterior mandato um processo para redução das mesmas que aguardamos que rapidamente se venha a concretizar.-----

Concordamos que reduzir taxas e impostos, na medida do possível e havendo disponibilidade orçamental, terá sempre um retorno positivo.-----

Acreditando que tudo isto está a trazer mais saúde financeira ao município de Portalegre porque entendemos que Portalegre e os Portalegrenses precisam de estabilidade e continuidade, porque estamos na política pela positiva".-----

Declaração de voto do Senhor Vereador Luís Testa

"O Partido Socialista vota favoravelmente a Prestação de Contas do exercício de 2021 porquanto entender que o documento traduz de forma verdadeira, fiel, e comprovada o exercício dos mandatos políticos ocorridos nesse ano, não quer dizer que estejamos de acordo com todas as opções políticas tomadas então, quer por uns quer por outros, fomos estando de acordo com uns e com outros e em desacordo com outros e com uns, em função do tempo, das propostas e das respostas. Mas sobretudo em função das necessidades, parece-nos a nós que chegado este tempo importa perceber se o documento traduz fielmente ou não as opções tomadas então. E traduz-se, apesar de descudarmos mais recentemente de uma integração ou uma falta de integração de um saldo proveniente de uma despesa de capital ou executada alocando-se esse volume a má utilização antecipada de uma dívida, não quer dizer que seja suficiente o motivo para nós reprovarmos as contas. A prestação de contas não do exercício político é uma obrigação legal e elas devem tão somente traduzir aquilo que terá ocorrido durante o exercício, a não ser que aquilo que venha ou tenha ocorrido durante o exercício económico seja tão gravoso, tao gravoso tão gravoso, a opção dos partidos não deverá passar pela reprovação dessas mesmas contas. Outra sim é a opção política que se faz em função dos orçamentos e essa deve chefiar ou não a inclusão das propostas das várias visões e de todos os representados. Aquilo que, na nossa opinião é importante é que os portalegrenses hoje conheçam que foi opção política não alocar o investimento mais de 900.000€ e pagar dívida que estava a ser cumprida, paga e de forma permanente e sem sobressaltos, e com isso inviabilizar o investimento público no ano de exercício de 2022. Os portalegrenses conhecem isso e conhecem tudo, porque o documento está bem elaborado e merece o nosso voto favorável".-----

INTERRUPÇÃO DOS TRABALHOS:



Eram onze horas e dois minutos, por proposta do Senhor Vereador Luís Testa, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, efetuar um intervalo de cinco minutos.-----

RECOMEÇO DOS TRABALHOS:

Eram onze horas e oito minutos, a Senhora Presidente da Câmara, reiniciou os trabalhos.-----

327 - Para deliberar – Presente proposta de 1ª Revisão Modificativa ao orçamento 2022.-----

Intervio a Senhora Presidente para referir que no seguimento do ponto anterior e na integração do saldo de 936.102,29€, portanto esta 1ª revisão ao orçamento contempla uma série de modificações, as quais foram remetidas aos Senhores Vereadores, mas deu nota das questões mais relevantes da referida revisão. O montante mais significativo tem a ver com as infraestruturas do loteamento da amoreira na freguesia da Urra, porque o Município foi condenado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco a executar esta obra em virtude de, há uns anos atrás, ter libertado uma garantia bancária referente ao loteamento e não o devia ter feito. Como o município foi condenado a realizar essas estruturas, foi efetuado um concurso. A empresa que ganhou irá efetuar a obra e o Município irá pagar cerca de 248.000€, valor condenado pelo Tribunal.-----

Presente na sala a Senhora Chefe de Divisão Eng.ª Cláudia Capote prestou esclarecimentos necessários relativos ao loteamento da Amoreira na freguesia da Urra.

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para solicitar a documentação dos processos do loteamento da Amoreira e dos Bertoldos, da freguesia da Urra, como já o tinha feito em reunião anterior e caso seja necessário pedir esclarecimentos.-----

Intervenção da Senhora Presidente para referir que serão enviados os documentos dos dois processos de loteamentos.-----

Intervio o Senhor Vereador Luís Testa para referir que, tal como foi referido pela Senhora Eng.ª Cláudia Capote, compreende que é a forma legal de obrigar o Município a exercer aquilo que são direitos das pessoas que foram constituindo esses mesmos direitos, porque o Município não pode, de forma voluntária, prestar-se ao papel de cumprir direitos não reconhecidos do ponto de vista judicial. E entende que a presente situação dispensa qualquer recurso por parte do Município.-----

Intervio a Senhora Presidente para esclarecer que a última parte do processo, ou seja a condenação, foi onde teve conhecimento e acompanhou. Depois de reunir com o advogado, percebeu que não há hipótese de recurso por parte do Município e teve



que ser acatado. Solicitou ainda à Senhora Eng.ª Cláudia informações sobre o ano em que ocorreu a libertação da garantia bancária referente ao loteamento da amoreira.- Em virtude da obra do loteamento da amoreira não ser concretizada no ano de 2022 e de acordo com o cronograma do empreiteiro, foi alocado 90% para o ano 2022 e 10% para 2023.-----

A aquisição de 3 viaturas para transportes escolares, requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal, renovação dos espaços infantis do concelho de Portalegre, 90.000€, conservação de vias empreitadas, 200.000€, para pavimentação de estradas, manutenção dos elevadores com verba de 15.000€, projeto da bancada do Estádio Sousa Lima, renovação de equipamentos desportivos, equipamento informático, ampliação do cemitério da Urra com aquisição do terreno, remodelação de sanitários públicos, reforços no cartão do idoso, cartão social, verba para a esterilização de animais, transferência para a Comunidade do Alto Alentejo na participação nos jogos do Alto Alentejo, obras por administração direta, remendagem e sinalização 10.000€, manutenção de edifícios e equipamentos municipais 46.000€, o que totaliza os 936.102,29€. -----

Inteiveio do Senhor Vereador João Cardoso para referir que são verbas que são retiradas dos cofres do Município, não existe nenhuma alocação de fundos comunitários, o que acha uma pena, porque esses casos havendo, aqui 1 milhão de euros a mais, estamos a falar de uma percentagem, de quase 5% do orçamento municipal, que são fundos distribuídos. Quanto aos loteamentos acima referidos, não acrescenta mais nada, uma vez que conhece bem os processos. Solicita esclarecimentos sobre algumas questões, como a renovação dos espaços infantis do concelho de Portalegre, porque 90.000€, não dá para muita coisa, as vias municipais 200.000€, quais as vias que vão ser intervencionadas na requalificação do estádio municipal Sousa Lima, pergunta qual parte, que vai ser intervencionada. Em relação aos equipamentos desportivos já foi referido que tem a ver com o Estádio. Quanto ao cemitério da Urra foi referido, solicita esclarecimento, se é a compra do terreno para ampliação do mesmo, mas gostava de saber qual a parcela de terreno a que se refere e por fim, quais são os sanitários públicos que vão ser intervencionados.-----

Intervenção da Senhora Presidente para responder ao Senhor Vereador João Cardoso, que quando refere que os 936.000€, não estão inerentes fundos comunitários, refere que podem vir a estar, se for permitido fazer candidaturas para algumas obras, mas neste momento faz-se o cabimento. -----

Inteiveio o Senhor Vereador Luís Testa para fazer uma observação do ponto de vista estratégico, em relação ao parque infantil da escola da corredoura, que é uma obra necessária e que faz falta nomeadamente às crianças, que frequentam a referida



escola. Mas manifesta a sua estupefação, porque essa necessidade já se verificava quando em tempo anterior se decidiu fazer um investimento, a poucas dezenas de metros, para fazer a instalação de um parque infantil, no mesmo espaço geográfico, hoje em dia dizem as regras da boa gestão, que os equipamentos devem ser o mais multimodais possíveis, por virtude dos investimentos, serem muito pesados e não faz sentido, que nos finais de tarde ou aos fins de semana as crianças do concelho, não possam usufruir de um parque infantil, só porque ele está dentro do perímetro da escola. O que faria sentido, era que todas as crianças, pudessem usufruir desse equipamento, para além do horário escola e aos fins de semana. Evitando a duplicação, na mesma área geográfica de dois equipamentos similares, portanto é este tipo de atenção, que os recursos são sempre escassos e em tempos futuros esta boa gestão é essencial à processão das boas contas. Como por exemplo nas freguesias rurais, e não são poucas, onde o parque infantil comunitário, é o parque infantil da própria escola e se calhar não há necessidade de haver mais. Faz uma chamada de atenção para refletir, para o futuro.-----

Intervenção da Senhora Presidente para responder que está de acordo em relação aos parques infantis, as crianças das freguesias rurais são mais prejudicadas, em termos de usufruir de parques infantis e têm os mesmos direitos que as das freguesias urbanas. Portanto, é uma situação que merece alguma atenção. Referiu, por fim, que pretende chegar ao final deste ano e ter um parque infantil em todas as freguesias rurais, para as crianças poderem usufruir desse espaço para brincar.-----

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para mencionar que os direitos das crianças são todos iguais, tanto das freguesias rurais como urbanas, mas é completamente impossível replicar nas freguesias rurais o conjunto de equipamentos que pela sua dimensão, só é possível em meios populacionais de maior concentração, por exemplo como o Pavilhão Gimnodesportivo. O que lhe parece essencial, para dar cumprimento a esse objetivo de igualdade, de direitos, se possa apostar num sistema de transporte, que permita às crianças das freguesias rurais terem os mesmos direitos como as da cidade, ou seja uma criança da cidade tem mais facilidade de usufruir desses equipamentos que as das freguesias rurais. -----

Intervenção da Senhora Presidente em relação ao cemitério da Urra informa que o processo está um pouco atrasado, estando ainda em negociações com os terrenos para ampliação do mesmo, mas foi salvaguardada a verba, para o caso, de ser necessária. -----

Presente na sala a Senhora Chefe de Divisão Eng.º Cláudia Capote prestou esclarecimentos sobre as negociações do terreno para ampliação do cemitério.-----



Intervenção do Senhor Vereador João Cardoso para referir que a Senhora Presidente não especificou em relação aos 200.000€, disse algumas vias da cidade, mas gostava de perceber quais são as vias a reparar.-----

Intervenção da Senhora Presidente para esclarecer que vão ainda fazer esse levantamento e constata que há muitas vias de comunicação do concelho para resolver, os serviços irão fazer esse levantamento, há muitas estradas para reparar e fazer uma priorização, como por exemplo a Rua da Fontinha na Alagoa, entre outras.-----

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para referir que a Rua da Fontinha na Alagoa não é só a degradação que se encontra, mas também precisa de uma correção, porque as pessoas para entrarem para as suas casas têm uma vala que mais parece uma trincheira.-----

Intervenção do Senhor Vereador João Pedro Meira para saudar o facto do atual executivo ter ido ao encontro das propostas de alteração orçamental, apresentadas pelo PS, em sede da discussão do orçamento. Nomeadamente a requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal, a bancada do Estádio Eduardo Sousa Lima e a ampliação do cemitério da Urra. Três das sete propostas apresentadas pelo PS de alteração orçamental, apresentou em dezembro último, aquando da discussão do orçamento para o ano de 2022. E salvando este facto e manifestando algum pesar, relativamente, a uma outra empreitada, como é o caso do Estádio Eduardo Sousa Lima, porque foi depreendido das palavras da Senhora Presidente, que os 40.000€, são para uma fase inicial para impermeabilização, quando a conceção desta rubrica, o objetivo é que pudesse ser um projeto mais amplo, que implicasse, urgente e necessária, a requalificação dos balneários e das infraestruturas inferiores da bancada, espera que a rubrica possa ser reforçada, para um projeto mais amplo de requalificação. Solicita ainda que as rubricas orçamentais sejam mais detalhadas, e mais transparentes. Refere ainda que a revisão não vai ser afetada pelo PS.-----

Intervenção da Senhora Presidente para referir que os 500.000€ em pavimentações no momento atual em que se está a viver não é nada de extraordinário, é só decidir as situações de maior prioridade, como por exemplo a Rua da Fontinha, em Alagoa. Mas é necessário fazer um levantamento das obras necessárias.-----

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para referir que entende o raciocínio da Senhora Presidente, embora tenda a discordar do mesmo por uma razão muito simples, porque dizem as práticas das boas regras orçamentais que as rubricas devem ser detalhadas quanto possível, mas a grande questão é a seguinte: havendo duas rubricas específicas e detalhadas que se confundem, com o objeto desta rubrica genérica, das duas uma ou a Senhora Presidente, está a dizer que essas não são



opção prioritária, aliás existem três: os arruamentos da freguesia da Urra, os arruamentos do Bairro do Atalaião e repetiu que é urgente e necessário a construção de passeios pedonais, porque vivem ali pessoas muito envelhecidas e que necessitam da sua segurança na sua mobilidade pedestre e também a Rua da Fontinha.-----

A proposta inicial do PS era de 100.000€ e admite que o custo das matérias primas e da empreitada de hoje essa estimativa esteja curta. Mas a rubrica específica não esta dotada nem essa, nem uma superior, está apenas aberta com um 1€ e a sua perceção, é que havendo uma rubrica específica, para fazer essa obra, que é uma prioridade, que se comprometa na rubrica genérica em rubrica específica. -----

Intervio a Senhora Presidente para referir que a obra da Rua da Fontinha é de prioridade e muito urgente para executar. -----

Intervio o Senhor Vereador Luís Testa para referir que o arruamento e largo contiguo às fraseiras do antigo hotel D. João III, são obras que necessitam de intervenção urgente e necessária e que devem compreender as prioridades do Município, contudo não é uma rua de circulação, é uma rua de acesso a garagens e estacionamento. Mas os arruamentos do Bairro do Atalaião são essenciais e de grande prioridade, por uma questão de segurança dos seus moradores. Outra questão é a sinalização dos cadernos de encargos, em termos de fresagem da pavimentação. ----

Intervio o Senhor Vereador João Cardoso para referir que a alteração foi feita em dois dias e recheia algumas rubricas, sem pormenorizar muito, quais são as obras, embora na reunião, se fosse abrindo alguns caminhos e que concorda com as obras de prioridade, como é o caso da Rua da Fontinha, a rua do lado da Fontedeira, os arruamentos dos passeios do Bairro do Atalaião e a entrada da freguesia das Carreiras.-----

Sendo que a alteração de saldos, podia ter sido feita com mais tempo, mas percebe a vontade que o executivo tem de executar as obras.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão Modificativa ao orçamento 2022 e remeter à apreciação da **Assembleia Municipal**.-----

Declaração de voto do Senhor Vereador Luís Testa

"O Partido Socialista vota favoravelmente a alteração orçamental proposta para a integração do saldo de gerência, tendo em conta que quem a propõe se aproxima de forma evidente daquelas que são as propostas orçamentais do Partido Socialista em sede de operação do orçamento, nomeadamente a substituição do relvado sintético do estádio municipal, a impermeabilização da bancada do Estádio Eduardo Sousa Lima e a ampliação do cemitério da Urra, existem duas questões que embora estando contempladas em rubricas genéricas também se aproxima daquilo que



Câmara Municipal de Portalegre

foram as propostas do PS, nomeadamente daquilo que concede a pavimentação e arruamentos e lembro-me que o Partido Socialista defendeu e defende que existem prioridades que devem ser contempladas numa alteração urgente, que dever ser feita no âmbito deste orçamento que contemple especificamente, quer a Rua da Fontinha na Alagoa, quer os arruamentos que necessitam de intervenção na freguesia da Urra, quer os arruamentos do Bairro do Atalaião, assim como outros arruamentos que merecem este destaque orçamental. Posto isto dizer que política é isto mesmo, é nós termos a capacidade das divergências que são naturais entre aqueles que se contrapõem do ponto de vista eleitoral, percebemos quais eram as prioridades que os concelhos e os municípios têm para além das nossas contra posições eleitorais, nós quando elaboramos um conjunto de propostas de alteração à proposta de orçamento da Senhora Presidente de Câmara estávamos cientes que também respondíamos às necessidades de um conjunto amplo da população. Tanto aquelas que vem hoje inscrito a verba, como outras que não sendo ainda inscrito a verba continuam a ser prementes.-----

É por isso que nós não abdicaremos em caso algum de continuar a fazer política pela positiva, propor aquilo que tivermos a propor, defendermos aqueles que são os nossos pontos de vista e tentar a todo o tempo conseguir maiorias nesta Câmara Municipal, assim como na Assembleia Municipal, se possível unanimidades corroborem as nossas propostas, senão for possível cá continuaremos a lutar pelo nosso ponto de vista. Dizer que o orçamento é apenas um passo intercalar e uma revisão orçamental é apenas um pequeno passo dentro desse passo intercalar, dizer que a lógica de continuidade assumida nos exercícios orçamentais, podemos ter ou não benefícios para as populações".-----

Intervenção da Senhora Presidente para interromper o Senhor Vereador Luis Testa, para lhe chamar atenção, que não é uma declaração de voto, estando sempre a repetir os assuntos. Uma declaração de voto traduz-se no sentido de voto e não no sentido de político.-----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Luis Testa fez a seguinte intervenção:-----
"Eu devo dizer que isto nunca aconteceu no Município de Portalegre nos últimos tempos.-----

Senhora Presidente eu termino aqui a minha declaração de voto, dizendo que manifesto repúdio de como fui interrompido na minha declaração de voto. A declaração de voto tem um contorno e um conteúdo que eu entendo dar-lhe. A Senhora Presidente fez hoje aquilo que nunca tinha acontecido no Município de Portalegre, mesmo noutros mandatos com discussões muito acaloradas, nunca tinha



Câmara Municipal de Portalegre

acontecido uma declaração ter sido interrompida. Mas numa próxima vez as minha declarações de voto são escritas e lidas na reunião".-----

328 - Para deliberar – Presente proposta de 1ª Revisão Modificativa às Grandes Opções do Plano 2022.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão Modificativa às Grandes Opções do Plano 2022 e remeter à apreciação da **Assembleia Municipal**.-----

DCJDASE - DIVISÃO DA CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO, ASSUNTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Serviço Educação

329 - Para conhecimento – Presente proposta do Regimento do Conselho Municipal da Educação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

330 - Para deliberar – Presente proposta do Plano de Transportes Escolares – 2021/2022.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de transportes escolares para 2021/2022.-----

Serviço de Cultura

331 - Para deliberar – Presente informação n.º 7249 do serviço de cultura (Museu das Tapeçarias) de 31 de março de 2022, acompanhado do pedido do Grupo "Os Amigos da Poesia", a solicitar a cedência gratuita do auditório do Museu das Tapeçarias para o ano de 2022, para reuniões mensais e realização de eventos relacionado com várias temáticas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o mesmo de manifesto interesse municipal.-----

DIVISÃO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

SERVIÇO DE ESTUDOS E PROJETOS:



INICIATIVA MUNICIPAL:

332 - Para deliberar – Presente informação DOPGU n.º 7734, de 07.04.2022, a remeter o Auto de Vistoria para efeitos de Receção Provisória Parcial da empreitada de Requalificação da Piscina Municipal dos Assentos, adjudicada à empresa Wikibuild, S.A., datado de 06.04.2022, para efeitos de homologação e notificação do empreiteiro para proceder à correção das anomalias no mesmo descritas, no prazo de 10 dias.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, por proposta da Senhora Presidente retirar o ponto.-----

333 - Para ratificar – Presente proposta para a ratificação do despacho da Senhora Presidente que aprovou a 12 de abril de 2022, as razões que justificam a não exigência do estudo geológico e geotécnico, apresentadas pela empresa projetista Engialfa na sequência da reclamação apresentada pela empresa Constradas, visto que ao abrigo da alínea c) do n.º 10 do art. 43.º do CCP, na atual redação, se considera sanada a nulidade do caderno de encargos, “Se, no prazo de cinco dias após notificação para, querendo, sanar a nulidade, o contraente público apresentar as razões que justificam a não exigência dos elementos previstos no n.º 5”.-----

Inteiveio da Senhora Presidente para referir que este assunto foi falado após a reunião de Câmara anterior, que a proposta vem a ratificar o despacho para economizar os prazos, aceitando ao fim ao cabo as razões justificadas da exigência dos estudos geológicos e geotécnico, nos termos da informação técnica, enviado pela empresa, porque no decorrer do concurso do caderno de encargos que previa a apresentação destes estudos, mas o projeto não os contemplava. Após os serviços terem analisado a questão, entenderam que deveriam dar provimento e razão à empresa que faz a explicação e remeter à empresa que apresentou a reclamação. Sendo uma situação que requer alguma preocupação e irá ser analisada.-----

Inteiveio do Senhor Vereador Luís Testa para questionar a Senhora Presidente, que se sente fragilidade na proposta que apresenta e pede para a mesma seja ratificada? ---

Inteiveio da Senhora Presidente para responder que não sente fragilidade na proposta que apresenta, foi consultado o projetista e apresentou as suas razões, mas pretende ouvir outras opiniões. -----

Intervenção do Senhor Vereador Luís Testa para sugerir que este ponto fosse retirado e voltasse à próxima reunião para apreciação. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com abstenção do Senhor Vereador João Cardoso, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Sr.ª Presidente, datado de 12 de abril de 2022, que aprovou as razões invocadas pelo projetista da empreitada de Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Portalegre relativa à não necessidade de estudo geológico, nos termos da informação técnica, que consta em anexo e faz parte integrante desta proposta.-----

SERVIÇO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA E LICENCIAMENTO
INFORMAÇÃO PREVIA DE CONSTRUÇÃO

334 - Para deliberar – Presente informação n.º 8010, de 11/04/2022 da DOPGU, referente ao processo Pedido de Informação Prévia (PIP) n.º 38/2021, relativo a "instalação de uma central fotovoltaico" na Herdade do Almojanda, freguesia de Fortios, apresentado por Capwatt Services, S.A., a propor a viabilização do processo de PIP, ao abrigo do artigo 16º do RJUE, nos termos da informação técnica.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade viabilizar o presente pedido de informação prévia (PIP) relativo à instalação de uma central fotovoltaica, ao abrigo do artigo 16º do RJUE.-----

O procedimento de controlo prévio a que se encontra sujeita a operação urbanística, será o de comunicação prévia [(alínea f) do ponto 4 do artigo 4º do RJUE], contudo o requerente tem a possibilidade de opção pelo regime de licenciamento (ponto 6 do artigo 4º do RJUE).-----

O pedido de licenciamento ou a apresentação da comunicação prévia deve ser efetuado no prazo de um ano, após a decisão favorável do pedido de informação prévia.-----

335 - APROVAÇÃO EM MINUTA

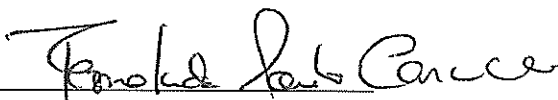
De acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----



Câmara Municipal de Portalegre

336 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 13. 33 Horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Paulo Bochechas, que a secretariei.-----

A Presidente da Câmara 

O Secretário 